

# UMA REVISÃO SISTEMÁTICA INTEGRATIVA SOBRE O PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL (PMVA): PERSPECTIVAS PARA A GESTÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

## 1 INTRODUÇÃO

Diante do crítico panorama ecológico contemporâneo, as políticas públicas se tornam essenciais para equilibrar crescimento econômico, justiça social e proteção ambiental. A Agenda 2030 definida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propõe um modelo de desenvolvimento que, do nível global ao local, integre as pessoas com o planeta (JACOBI; GIATTI, 2015).

Apesar dos avanços na formulação de políticas ambientais desde os anos 1980, a efetividade do compromisso constitucional ainda é frágil (PADILHA; POMPEU, 2019). A esfera ambiental tende a ser subjugada diante de interesses de curto prazo, há um tradicional isolamento dos órgãos, fragilidades na estrutura e recursos insuficientes, planejamento desvinculado da diversidade territorial e deficiências na articulação federativa (NEVES, 2012).

Frente aos obstáculos e a relevância do tema, há demanda por investigação e melhoria das políticas públicas ambientais em todas as esferas, especialmente municipal (NEVES, 2012). Nesse contexto, surgem propostas como o Programa Município VerdeAzul (PMVA) em São Paulo, que incentiva os municípios a adotarem voluntariamente uma agenda em dez Diretivas Ambientais, além de avaliar o desempenho pelo Índice de Avaliação Ambiental (IAA), sendo que os municípios com as melhores notas são certificados com o selo “VerdeAzul”.

Considerando a relevância de se consolidar uma agenda ambiental efetiva nos municípios brasileiros, o presente estudo teve como objetivo investigar a produção científica sobre a política pública do PMVA mediante a condução de uma revisão sistemática integrativa da literatura, identificando fatores positivos, negativos e desafios vinculados com a sua gestão. O trabalho possui contribuições teóricas e práticas ao levantar fatores críticos, disponibilizando subsídios aos gestores para melhorias na política, contribuindo para a Agenda 2030, em especial com discussões correlatas ao “*ODS17-Parcerias e meios de implementação*”.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo foi conduzido mediante uma revisão sistemática integrativa da literatura que abrangeu estudos (teses e dissertações, artigos em periódicos e artigos em eventos) entre o período de 2007 (surgimento da política) a junho de 2023, utilizando as bases: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Portal de Periódicos CAPES, Redalyc, Scopus, Web of Science e Google Acadêmico. Os descritores foram: “Programa Município VerdeAzul” OR “Programa Município Verde Azul” OR “Município VerdeAzul” OR “Município Verde Azul”.

A busca resultou inicialmente um total de 673 documentos. Em seguida, houve a aplicação de um critério de avaliação relacionado ao tipo de texto, eliminando outros formatos de estudos, como livros e capítulos, entre outros. A partir dessa análise, foram excluídos 178 estudos, restando 495. Na triagem, foram eliminados 105 documentos por serem duplicados (E1) ou indisponíveis para leitura (E2). Os 390 restantes foram avaliados para verificar se o PMVA era o foco principal. Ao final, foram selecionados 59 estudos para leitura completa, com proposta de categorização por sistema alfanumérico inspirado em Jabbour (2013), conforme quadros na próxima seção. Essa proposta foi baseada na análise de conteúdo (BARDIN, 1977), na qual as categorias foram definidas *a posteriori*, sendo o texto como unidade de análise.

## 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram criadas três categorias: fatores positivos e negativos que se referem à formulação e dinâmica da política; e críticos que envolvem questões externas que afetam seu desempenho.

Quanto aos fatores positivos, 52 trabalhos (88%) mencionaram ao menos um, com a maioria, 38, citando dois ou mais aspectos.

Quadro 1 - Fatores positivos segundo as referências

Fatores Positivos	Quant. Trabalho	Citações - Referências
A - Descentralização ambiental	22	Alves (2021); Barbosa (2014); Barbosa (2016); Costa (2015); Dantas e Passador (2020); Eziquiel (2016); Ferreira (2011); Girão (2012); Gonçalves et al. (2016); Júnior et al. (2021); Lima et al. (2015); Machado (2014); Machado e Montão (2012); Mancini (2016); Mello et al. (2016); Monteiro et al. (2014); Moraes (2020); Oliveira et al. (2015); Peres (2021); Pires et al. (2015); Santos (2016); Vive (2020)
B - Institucionalização de agenda ambiental	41	Alves (2021); Andrade (2013); Andrade e Talamoni (2013a); Andrade e Talamoni (2013b); Barbosa (2014); Barbosa (2016); Dantas (2016); Dantas e Passador (2016); Dantas e Passador (2019); Dantas e Passador (2020); Duarte (2023); Eziquiel (2016); Ferreira (2011); Finati e Santo (2017); Gabriel (2020a); Gabriel (2020b); Girão (2012); Gonçalves et al. (2016); Julião (2020); Júnior, Lima e Mariano (2021); Konrad (2014); Konrad et al. (2013); Lima et al. (2015); Lodi (2016); Machado (2014); Machado e Montão (2012); Mancini (2016); Mello et al. (2016); Moraes (2020); Moreira (2011); Nespolo (2020); Pagoto (2018); Peres (2021); Perez e Barbosa (2013); Pignatari et al. (2017); Pires et al. (2015); Santos (2016); Sarubbi e Moraes (2016); Souza (2015); Souza (2019); Vive (2020)
C - Concepção integradora	13	Alves (2021); Barbosa (2014); Dantas (2016); Dantas e Passador (2016); Dantas e Passador (2019); Dantas e Passador (2020); Girão (2012); Machado (2014); Mancini (2016); Moraes (2020); Moreira (2011); Santos (2016); Vive (2020)
D - Gestão ambiental compartilhada	24	Alves (2021); Barbosa (2014); Batista e Camargo (2014); Dantas (2016); Dantas e Passador (2016); Dantas e Passador (2019); Dantas e Passador (2020); Eziquiel (2016); Faria et al. (2011); Julião (2020); Konrad (2014); Lima et al. (2015); Lodi (2016); Machado (2014); Mancini (2016); Mello et al. (2016); Monteiro et al. (2014); Oliveira et al. (2015); Peres (2021); Perez e Barbosa (2013); Pires et al. (2015); Santos (2016); Souza (2015); Vive (2020)
E - Monitoramento/ avaliação ambiental	14	Dantas (2016); Dantas e Passador (2016); Dantas e Passador (2019); Ferreira (2011); Girão (2012); Júnior et al. (2021); Mello et al. (2016); Monteiro et al. (2014); Moraes et al. (2019); Pagoto (2018); Peres (2021); Perez e Barbosa (2013); Sarubbi e Moraes (2016); Vive (2020)
F - Ganhos em qualidade ambiental	19	Almeida e Paulino (2021); Batista e Camargo (2014); Duarte (2019); Ferreira (2011); Finati e Sato (2017); Girão (2012); Júnior et al. (2021); Lodi (2016); Machado (2014); Machado e Montão (2012); Maxir et al. (2018); Moreira (2011); Nespolo (2020); Oliveira, Trindade e Pereira (2015); Pagoto (2018); Peres (2021); Perez e Barbosa (2013); Pires et al. (2015); Santos (2016)
G - Incentivos da certificação	17	Alves (2021); Andrade (2013); Batista e Camargo (2014); Dantas (2016); Dantas e Passador (2016); Girão (2012); Lodi (2016); Machado (2014); Machado e Montão (2012); Moraes (2020); Moraes et al. (2019); Pennabel et al. (2022); Saleme e Salgado (2021); Santos (2016); Sarubbi e Moraes (2016); Souza (2015); Vive (2020)
H - Outros	2	Eziquiel (2016); Machado (2014)

Fonte: autores

A maioria dos estudos destaca a categoria “B” (41), seguido por “D” (24) e “A” (22). O Programa é ressaltado como pioneiro e inovador, por estabelecer pautas comuns a todos os municípios, independentemente de suas características, promovendo o planejamento na gestão ambiental em uma agenda coletiva necessária. Para o fortalecimento dessa agenda, são direcionadas novas dinâmicas institucionais, incluindo: articulação entre os níveis estadual e municipal, além dos poderes executivo e legislativo; participação social, com evidência dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente; e redes intermunicipais.

Em quarto lugar (19), está a categoria “F - ganhos em qualidade ambiental”, relacionada à melhora nos sistemas de gestão ambiental, com criação de arcabouços legais e o desenvolvimento de planos municipais; conservação da biodiversidade; recuperação de mata ciliar, criação de viveiros, gestão de resíduos, entre outros. A prática de “E -

monitoramento/avaliação” (14) aparece por meio da concepção do IAA, que serve como um bom indicador ambiental. Apontado por 17 trabalhos, o fator “G”, destaca o impulso da adesão à política, sendo composto por incentivos financeiros pela possibilidade de acesso a determinados Fundos, bem como de imagem pela visibilidade aos municípios certificados.

A “C - concepção integradora” (13) se manifesta: i) pela coerência com diretrizes internacionais e nacionais, como a Agenda 21 e os ODS, bem como modelos de Sistemas de Gestão Ambiental; e ii) pela integração intersetorial. Por fim, foram incluídos em “H - outros”, os trabalhos que mencionam o aprendizado organizacional fomentado.

Dando continuidade às análises, 49 estudos (83%) mencionaram fatores negativos sobre o PMVA, dos quais 27 relacionaram dois ou mais fatores.

Quadro 2 - Fatores negativos segundo as referências

<b>Fatores Negativos</b>	<b>Quant. Trabalho</b>	<b>Citações - Referências</b>
A - Planejamento <i>top-down</i>	11	Barbosa (2014); Barbosa (2016); Dantas (2016); Ferreira (2011); Lodi (2016); Machado (2014); Machado e Montão (2012); Mancini (2016); Monteiro et al. (2014); Nespolo (2020); Vive (2020)
B - Fragilidades na articulação e intersetorialidade	14	Andrade (2013); Andrade e Talamoni (2013a); Andrade e Talamoni (2013b); Barbosa (2016); Cavalcanti-Bandos e Paucar-Caceres (2021); Duarte (2023); Machado (2014); Machado e Montão (2012); Monteiro et al. (2014); Paiva (2016); Pennabel et al. (2022); Peres (2021); Saleme e Salgado (2021); Vive (2020)
C - Alcance limitado da avaliação	14	Barbosa (2016); Dantas (2016); Dantas e Passador (2019); Dantas e Passador (2020); Faria et al. (2011); Konrad et al. (2016); Machado (2014); Mancini (2016); Monteiro et al. (2014); Oliveira et al. (2015); Pennabel et al. (2022); Peres (2021); Santos (2016); Vive (2020)
D - Instabilidade do Programa	20	Alves (2021); Barbosa (2016); Dantas (2016); Dantas e Passador (2016); Dantas e Passador (2019); Dantas e Passador (2020); Duarte (2019); Duarte (2023); Júnior et al. (2021); Konrad (2014); Konrad et al. (2013); Machado (2014); Mancini (2016); Maxir et al. (2018); Moreira (2011); Nespolo (2020); Oliveira et al. (2015); Pennabel et al. (2022); Peres (2021); Vive (2020)
E - Falhas de auditoria e transparência	11	Dantas (2016); Dantas e Passador (2019); Faria et al. (2011); Girão (2012); Lodi (2016); Machado (2014); Mancini (2016); Moreira (2011); Pires et al. (2015); Souza (2015); Vive (2020)
F - Problemas de comunicação e publicidade	19	Andrade (2013); Andrade e Talamoni (2013a); Andrade e Talamoni (2013b); Barbosa (2016); Bonini (2016); Gabriel (2020a); Gabriel (2020b); Gonçalves et al. (2016); Konrad (2014); Lodi (2016); Maxir et al. (2016); Maxir et al. (2021); Paiva (2016); Peres (2021); Pignatari et al. (2017); Ribeiro (2015); Sarubbi e Moraes (2016); Souza (2019); Vive (2020)
G - Apoio insuficiente do estado	12	Barbosa (2016); Cavalcanti-Bandos e Paucar-Caceres (2021); Konrad (2014); Lodi (2016); Machado (2014); Machado e Montão (2012); Mancini (2016); Maxir et al. (2021); Nespolo (2020); Pennabel et al. (2022); Peres (2021); Vive (2020)
H - Outros	12	Barbosa (2016); Cavalcanti-Bandos e Paucar-Caceres (2021); Duarte (2023); Eziquiel (2016); Ferreira (2011); Julião (2020); Machado (2014); Machado e Montão (2012); Monteiro et al. (2014); Moraes et al. (2019); Santos (2016); Sarubbi e Moraes (2016)

Fonte: autores

Destaca-se com a maior quantidade de menções (20), a categoria “D”, caracterizada por: i) descontinuidade das propostas em termos de mudanças nos critérios exigidos pelas Diretivas e metodologia do IAA; e ii) variação na adesão e no desempenho dos municípios, o que impede o processo de melhoria contínua. O segundo fator negativo mais citado (19) é a categoria “F”, sintetizando as consequências pelo baixo reconhecimento da existência e resultados do PMVA, sendo apontado, inclusive, que a restrita visibilidade desencoraja prefeitos quanto à adesão.

Outros dois fatores negativos estão relacionados à formulação da política, a saber: “C” (14) e “E” (11). Em primeiro lugar, há um caráter burocrático da política que pode impactar a mensuração dos resultados, de forma que o IAA pode inferir mais sobre a entrega de comprovações do que a realidade ambiental dos municípios. No quesito E, há críticas à falta de transparência na pontuação, questionando o modelo auto declaratório sem auditoria regular.

Onze estudos apontaram que o planejamento *top-down* (categoria A) limita a flexibilidade e adaptação ao contexto local, pois a agenda foi criada com base nos interesses do governo estadual. Dentre as alterações ocorridas ao longo dos anos, Peres (2021) relata um esforço, especialmente a partir de 2017, para a inserção de critérios com a participação municipal. Complementarmente, partindo dessa visão *top-down*, 14 estudos apontam o desalinhamento entre a formulação e a implementação (categoria B).

O “G - apoio insuficiente do Estado” (12) destaca a escassez de recursos, como assessoria técnica limitada e equipe insuficiente para coordenação. Já a categoria “H - outros”, engloba apontamentos sobre: baixa aplicação dos planos e do sistema de avaliação gerado na tomada decisória; abrangência restrita do IAA; foco na competição; excesso de burocracia; pouca atenção ao contexto rural; falta de estrutura para compartilhamento de experiências; e negligenciamento da educação ambiental.

Para finalizar, os fatores críticos identificam barreiras, desafios ou condicionantes, com 38 estudos (54%) mencionando-os, sendo que 30 relacionaram mais de uma categoria.

Quadro 3 - Fatores críticos segundo as referências

Fatores Críticos	Quant. Trabalho	Citações - Referências
A - Tecnológicos e de Conhecimento	10	Alves (2021); Andrade (2013); Andrade e Talamoni (2013a); Andrade e Talamoni (2013b); Ferreira (2011); Julião (2020); Júnior et al. (2021); Konrad et al. (2013); Machado (2014); Nespolo (2020)
B - Recursos	22	Alves (2021); Barbosa (2014); Barbosa (2016); Dantas (2011); Ferreira (2011); Girão (2013); Gonçalves et al. (2016); Júnior et al. (2021); Konrad (2014); Konrad et al. (2013); Lodi (2016); Machado (2014); Machado e Montaña (2012); Mancini (2016); Maxir et al. (2018); Mello et al. (2016); Nespolo (2020); Oliveira et al. (2015); Pennabel et al. (2022); Peres (2021); Rezende et al. (2019); Vive (2020)
C - Político-Regulatórios	20	Alves (2021); Barbosa (2014); Barbosa (2016); Dantas (2011); Duarte (2023); Eziquiel (2016); Ferreira (2011); Finati e Sato (2017); Konrad (2014); Lodi (2016); Machado (2014); Mancini (2016); Moraes (2020); Nespolo (2020); Paiva (2016); Pennabel et al. (2022); Peres (2021); Pignatari et al. (2017); Rezende et al. (2019); Vive (2020)
D - Socioinstitucionais	22	Alves (2021); Andrade (2013); Andrade e Talamoni (2013a); Andrade e Talamoni (2013b); Barbosa (2014); Barbosa (2016); Batista e Camargo (2014); Dantas (2011); Dantas e Passador (2016); Eziquiel (2016); Finati e Sato (2017); Girão (2012); Gonçalves et al. (2016); Konrad (2014); Machado (2014); Machado e Montaña (2012); Mancini (2016); Moraes (2020); Nespolo (2020); Paiva (2016); Pennabel et al. (2022); Santos (2016)
E - Comunicação/Percepção	13	Dantas (2016); Duarte (2023); Eziquiel (2016); Finati e Sato (2017); Gabriel (2020a); Gabriel (2020b); Julião (2020); Lodi (2016); Nespolo (2020); Peres (2021); Pignatari et al. (2017); Ribeiro (2015); Souza (2019)

Fonte: autores

A classe “A” (10) envolve aprendizado, informações técnicas e disseminação do conhecimento. O avanço científico ajuda a padronizar conceitos e aprimorar avaliações do PMVA. Para tanto, os estudos apontam o papel essencial da capacitação técnica, incluindo estreitamento das relações com as universidades.

Os fatores mais destacados, cada qual com 22 estudos, foram os recursos (categoria B), juntamente com aspectos socioinstitucionais (categoria D). A dimensão dos recursos consiste nos instrumentos base para a implementação, incluindo a estrutura, os recursos financeiros e humanos. A esfera municipal, muitas vezes, não possui os investimentos para desenvolver uma política que atenda às necessidades locais e seja compatível com as definições nos níveis superiores de governo. Já os socioinstitucionais, abrangem as relações entre os diferentes atores envolvidos com o PMVA, as práticas diárias e “regras do jogo”, o comprometimento do setor público; a intersectorialidade, coordenação e cooperação das políticas; e a tomada decisória.

Outra classe - C (20), engloba a base formal, incluindo o arcabouço legal para direcionamento das ações, assim como o aspecto político que define a adesão e a continuidade ao Programa. Cumpre expor as menções sobre prioridade institucional, tornando-se essencial a

vontade política, com destaque para a função dos prefeitos neste processo. Os estudos citam ainda os impactos da descontinuidade administrativa, destacando a ocupação de interlocutores do Programa em cargos comissionados. Por fim, “E” (13), compreende a comunicação, a aceitação e o reconhecimento da importância da agenda, além da participação e as mudanças comportamentais envolvidas para o desempenho adequado no PMVA.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos 59 estudos, constatou-se resultados inovadores do PMA, com direcionamento de ações para temas estratégicos, envolvendo múltiplos atores na governança ambiental. Apesar dos avanços, persistem desafios relacionados com a dissonância entre a formulação, pautada pela esfera estadual, e a etapa de implementação, sob responsabilidade dos municípios em um modelo de adesão voluntária pactuada. A falta de recursos é fator que merece atenção, indicando a necessidade de revisar e comunicar melhor os benefícios da política.

No campo das limitações, a revisão foi finalizada em 2023, de forma que há uma desatualização temporal. Para continuidade de avanço do conhecimento, o trabalho propõe uma agenda investigativa: 1. análises comparativas entre o PMVA e outras políticas ambientais; 2. multicasos para entender a dinâmica de municípios com diferentes desempenhos; 3. pesquisas que diversifiquem fontes de dados, promovendo uma visão integrada; 4. trabalhos sobre a intersectorialidade do PMVA; e 5. discussões da implementação do PMVA.

Os resultados contribuem para suprir lacunas sobre a política pública, sendo a primeira revisão sistemática integrativa identificada, relevância destacada diante do cenário contemporâneo que exige centralidade e atenção para toda a agenda da sustentabilidade.

#### REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. S. de; PAULINO, S. R. O desempenho na Diretiva Resíduos Sólidos em municípios da Baixada Santista certificados no Programa Município VerdeAzul (PMVA). *In: EIPG*, 10., Santos, 2021.
- ALVES, M. D. S. **Do global ao local: a Agenda 21 e as políticas públicas ambientais na cidade de Piraju-SP (1992-2015)**. 2021. Dissertação – UNESP, Assis, 2021.
- ANDRADE, T. Y. I. A educação ambiental em Brotas SP: concepções e ações no contexto PMVA. Dissertação - UNESP, 2013.
- ANDRADE, T. Y. I.; TALAMONI, J. L. B. A educação ambiental nas escolas municipais de Brotas (SP): análise de concepções e ações no contexto do programa Município Verde Azul. *In: EPEA*, Rio Claro, 2013.
- BARBOSA, C. R. Programa Ambiental Estratégico Município VerdeAzul: desafios e dificuldades de um modelo de gestão pública compartilhada de meio ambiente. *In: SIPPEDES*, 1., Franca, 2014.
- BARBOSA, C. R. **Programa Município VerdeAzul na Bacia do Rio Pardo: avaliação dos fatores condicionantes de eficácia na fase de implementação**. 2016. Dissertação - UNESP, Franca, 2016.
- BARDIN, L. (2011). **Análise de conteúdo**. Edições 70.
- BATISTA, A. C.; CAMARGO, L. Descrição do PMVA no Município de Quadra-SP. **Perspectiva**, v. 3, n. 6, p. 40-50, 2014.
- CAVALCANTI-BANDOS, M. F.; PAUCAR-CACERES, A. A implementação de políticas públicas ambientais: uma proposta de aplicação Soft System Methodology. *In: CONGRESSO BRASILEIRO SISTEMAS*, 16, 2021.
- COSTA, C. M. N. Gestão da arborização urbana no Estado de São Paulo (Tese de doutorado) - USP, Piracicaba, 2013.
- DANTAS, M. K. **Análise da gestão ambiental no Estado de São Paulo: PMVA, gastos públicos e indicadores de saúde**. Dissertação - USP, 2016.
- DANTAS, M. K.; PASSADOR, C. S. A gestão ambiental nos municípios do Estado de São Paulo: uma análise sob a ótica “Programa Município VerdeAzul”. **Gestão & Regionalidade**, v. 35, n. 103, p. 120-139, 2019.
- DANTAS, M. K.; PASSADOR, C. S. PMVA: uma análise integrada da gestão ambiental no estado de SP. **O&S**, v. 27, 2020.
- DUARTE, J. P. P. **Estrutura e Educação Ambiental: análise da Diretiva do PMVA no Município de Ituverava-SP**. Dissertação – UNESP, Franca, 2023.
- DUARTE, J. P. P. Impactos PMVA na gestão de resíduos sólidos UGRHI Sapucaí Mirim/Grande. *In: CONRESOL*, 2., 2019.
- EZIQUEL, N. F. Políticas públicas municipais na Era Global: o PMVA em questão. Dissertação - UNESP, Araraquara, 2016.
- FARIA, D. P.; SILVA, G. B. S.; AGUIAR, D. A.; RUDORFF, B. F. T. Alterações antrópicas em áreas de remanescentes de vegetação nativa nos municípios certificados PMVA no Estado de São Paulo. *In: SBSR*, 15., 2011, Curitiba, 2011.
- FERREIRA, F. L. Análise indicadores municipais de sustentabilidade ambiental no Grande ABC. Dissertação - USCS, 2011.
- FINATI, G. I.; SATO, C. T. Gestão ambiental e a efetivação do “Programa Município VerdeAzul”: um estudo comparativo entre os municípios de Bilac e Gabriel Monteiro. **Colloquium Socialis**, 1, 786–793, 2017.
- GABRIEL, G. Comunicação Pública e Educação Ambiental: reflexões sobre PMVA em Sorocaba. **ECOM**, v. 11, n. 22, 2020a.
- GABRIEL, G. Comunicação Pública e Educação Ambiental: um estudo sobre o PMVA em Sorocaba. **Revista do EDICC**, Campinas, v. 6, p. 21-32, 2020b.

GIRÃO, R. J. PMVA e sua influência na gestão ambiental municipal no Estado de SP. Dissertação-USP, Piracicaba, 2012.

GONÇALVES, T. H.; LEAL, A. C. **Gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva e educação ambiental na UGRHI Pontal do Paranapanema, São Paulo, e na microrregião de Ceres**, 2016.

JABBOUR, C. J. C. Environmental training in organisations: From a literature review to a framework for future research. **Resources, Conservation and Recycling**, 74, 144–155, 2013.

JACOBI, P. R.; GIATTI, L. L. A ambivalência do desenvolvimento e a busca de novas vias para a sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, 2015.

JULIÃO, D. P. Gestão participativa da arborização urbana. **Risco**, v. 18, p. 106-118, 2020.

JÚNIOR, G. D. P.; LIMA, P. A. B.; MARIANO, E. B. Gestão ambiental municipal: análises descritivas do Programa Município VerdeAzul. In: SIMPEP, 28., 2021, Bauru. **Anais [...]**. Bauru, 2021.

KONRAD, E. C. G. Políticas de apoio a gestão da arborização urbana: uma análise do PMVA. Dissertação – UNESP, 2014.

KONRAD, E. C. G.; COSTA, S. M. A. L.; CASTILHO, R. M. M. The Green Blue Municipality Program and urban afforestation for the State of Sao Paulo, Brazil. **REVSBAU**, Piracicaba, v. 8, n. 4, p 56-67, 2013.

KONRAD, E. C. G.; COSTA, S. M. A. L.; SABBAG, O. J.; CASTILHO, R. M. Gestão da arborização urbana em municípios do estado de São Paulo. **Espacios**, v. 37, n. 22, p. 9-19, 2016.

LODI, D. C. R. **Ação ambiental voluntária nos municípios**: um estudo sobre os fatores que influenciam a participação voluntária dos municípios no Estado de São Paulo no PMVA. 2016. Dissertação – USP, São Paulo, 2016.

MACHADO, L. F. Contribuições para análise efetividade PMVA no âmbito gestão ambiental paulista. Dissertação-USP, 2014.

MACHADO, L. F.; MONTAÑO, M. Estratégias de descentralização da gestão ambiental: o caso do Programa Município Verde e Azul (SMA-SP). In: Conferência da Rede de Língua Portuguesa de Avaliação de Impactos, 2., 2012, São Paulo.

MANCINI, R. M. O. M. **Política ambiental local**: a influência do PMVA. Dissertação – USP, São Paulo, 2016.

MAXIR, H.; ALMEIDA, A.; GALVAO, M.; SILVEIRA, I.; COSTA, R. The impact of the Green-Blue Municipality Program on Diseases Regarding Water and Air Quality in Sao Paulo State, 2018. In: AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS ASSOCIATION ANNUAL MEETING, 30., Vancouver, 2018.

MAXIR, H.; GALVÃO, M. C.; COSTA, R. A.; SILVEIRA, I. M.; ALMEIDA, A. N. Assessing the effects of the Green-Blue Municipality Program on human health in the State of São Paulo, Brazil. **RBERU**, 15(1), 57–97. 2021.

MELLO, F. S.; FOGAÇA, F. F. S.; HOLLNAGEL, H. C. A construção de indicadores ambientais como ferramenta. **Rev. Int. Debates Adm. Públicas**, v. 1, n. 1, p. 150-160, 2016.

MONTEIRO, R. A. A.; MORETTO, E. M.; SALINAS, D. P.; GOMES, C. S. Performance ambiental e o desenvolvimento humano municípios paulistas. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 221-238, 2014.

MORAES, C. C. de. **As contribuições das políticas públicas na construção de escolas sustentáveis nos Municípios de Morro Agudo e Orlandia - Interior do Estado de São Paulo**. 2020. Dissertação – UNESP, Franca, 2020.

MORAES, C. S.; GONÇALVES, J. C.; EVANGELISTA, M. O. P.; CAPPAROL, D. C. A. Programas e metodologias de indicadores de sustentabilidade: análise comparativa como subsídio para a gestão ambiental urbana. **BJD**, v. 5, n. 7, 2019.

MOREIRA, D. S. **O Programa Município Verde no Território de Paraguaçu Paulista/SP**: a estrutura ambiental e as matas ciliares. 2011. Dissertação – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

NESPOLO, C. C. C. PMVA na gestão da arborização urbana em Araraquara e São Carlos, SP. Dissertação - UFSCar, 2020.

NEVES, E. M. S. C. Política ambiental, municípios e cooperação intergovernamental no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 137-150, 2012.

OLIVEIRA, E. C.; TRINDADE, F. H.; PEREIRA, R. S. Políticas públicas indutoras do desenvolvimento sustentável local: um estudo sobre o PMVA na Região do Grande ABC. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 3, p. 109-119, 2015.

PADILHA, N. S.; POMPEU, G. V. M. Retrocessos nas políticas ambientais brasileiras e as metas dos ODS: estratégias e indicadores para implementação do estado de direito ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, v. 96, p. 139-168, 2019.

PAGOTO, A. Possíveis indicadores de resultados para avaliação da política ambiental do Estado de São Paulo. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, v. 7, n. 1, p. 55-67, 2018.

PAIVA, P. R. Estudo exploratório sobre gestão ambiental municipal e a influência dos prefeitos no desempenho dos municípios no PMVA, observados sob a ótica dos interlocutores e da teoria do agenciamento. 2016. Dissertação - USP, 2016.

PENNABEL, A. F.; SANTOS, G. J.; CALDANA, A. C. F.; PASSADOR, C. S. Onde o óbvio não é óbvio – um estudo sobre investimentos em gestão ambiental e desempenho no PMVA. In: EBAP, 9., 2020, São Paulo.

PERES, L. O. O PMVA como norteador na formulação de políticas públicas: uma análise da proposta do Índice de Avaliação Ambiental como indicador ambiental para Aglomeração Urbana de Franca-SP. 2021. Dissertação – UNESP, 2021.

PEREZ, Z. M.; BARBOSA, L. M. Diretivas do PMVA da SMA-SP. Simpósio de Restauração Ecológica, 5, São Paulo, 2013.

PIGNATARI, C. A. C.; BATISTA, S.; BONINI, L. M. M.; SCABBIA, R. J. A. Gestão ambiental no Município Mogi das Cruzes-SP: percepção dos moradores sobre o PMVA. **Revista Científica Unilago**, v. 1, n. 1, artigo 190, 2017.

PIRES, L. F.; LIMA, M. M.; YOSHIMURA, B. K. N.; MORALES, A. G. Análise da implementação do PMVA no Município de Adamantina. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 11, n. 7, 2015.

REZENDE, A. J.; DALMÁCIO, F. Z.; SANT'ANNA, F. P. Características determinantes no desempenho ambiental dos municípios. **RAP**, v. 53, n. 2, p. 392-414, 2019.

RIBEIRO, M. M. S. Comunicação pública e avanços ambientais: estudo de caso Mogi das Cruzes. Dissertação – UMC, 2015

SALEME, E. R.; SALGADO, E. A. M. O. Do planejamento de políticas públicas locais: adesão de entidades subnacionais a partir de estratégias econômicas. **Revista Direito & Paz**, Lorena, v. 1, n. 44, p. 355-370, 2021.

SANTOS, D. P. **Planejamento ambiental e políticas públicas**: PMVA em Franca. 2016. Dissertação – UFG, 2016.

SARUBBI, M. P.; MORAES, C. Avaliação comparativa de metodologias de indicadores para a gestão ambiental urbana: Programa Município VerdeAzul, Programa Cidades Sustentáveis e European Green Capital Award. - SemEAR, 2016, Rio Claro.

SOUZA, G. C. G. Narrativas ambientais: reflexões da comunicação sobre o PMVA em Sorocaba. Dissertação - UNISO, 2019.

VIVE, V. A. **A Diretiva Gestão das Águas no PMVA nos Municípios das Bacias Hidrográficas do Aguapeí-Peixe (CBH-AP) e do Pontal do Paranapanema (CBH-PP)**. 2020. Dissertação – UNESP, Presidente Prudente, 2020.